

## CULTURA, BUROCRACIA E INFORMAÇÃO: O ACERVO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO RIO GRANDE DO SUL.

Alexandre Veiga<sup>1</sup>

### Resumo

O acesso às fontes documentais, no campo da gestão cultural, é bastante restrito, pois como não há uma política de uso de documentos de arquivo seja para a prática administrativa, seja para a pesquisa acadêmica, não se estabelecem diretrizes e procedimentos de organização desses registros. Isso porque há uma ideia de que burocracia e cultura se antagonizam, havendo restrições em seu relacionamento, colaborando para impor uma desconsideração com os documentos elaborados pelas ações de gestão cultural. Para superar essa dificuldade, está sendo qualificado o Núcleo de Memória e Pesquisa da Casa de Cultura Mario Quintana, que pretende organizar os documentos administrativos em geral e dos projetos culturais em particular, produzidos ou recebidos pela Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC) e pela própria Casa de Cultura, permitindo assim propiciar o acesso a esses documentos e efetivar pesquisas sobre as políticas públicas de cultura implementadas por essas instituições ao longo dos anos. Este artigo pretende apresentar o projeto, relacionando-o com o percurso histórico da SEDAC e as características da documentação que está sendo organizada, relatando as circunstâncias gerais da produção desses documentos, a legislação relacionada ao assunto, analisando trabalhos que foram desenvolvidos a partir dessa temática e os procedimentos a serem adotados no projeto, para sua conclusão.

**Palavras-chave:** acervo documental da cultura; burocracia e cultura; políticas culturais; CCMQ.

## CULTURE, BUREAUCRACY AND INFORMATION: THE COLLECTION OF THE ADMINISTRATIVE DEPARTMENT OF CULTURE AS A SOURCE FOR THE HISTORY OF CULTURAL POLICIES OF RIO GRANDE DO SUL.

### Abstract

There is a strong restriction on access to primary sources in the field of cultural management, since there is a policy of using these sources is for administrative practice, whether for academic research. This is because, in common sense, an idea that bureaucracy and culture antagonize, producing constraints on their relationship. To overcome this difficulty, being skilled and Memory Research Center of Casa de Cultura Mario Quintana, who wants to organize and provide access to administrative documents and cultural projects undertaken by the Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul and the own Casa de Cultura, enabling it provide access to these documents and thus effect

---

<sup>1</sup> Historiador, arquivista e Mestre em Comunicação e Informação, é servidor-técnico científico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, desempenhando a atividade de arquivista na Casa de Cultura Mario Quintana, instituição da Secretaria de Estado da Cultura, localizada na Rua dos Andradas, 736, no Centro Histórico de Porto Alegre/RS. <Alexandre-veiga@sedac.rs.gov.br>

the intellectual public policy culture developed by these institutions over the years

**Keywords:** documentary collection of culture; bureaucracy and culture; cultural policies; CCMQ.

## Introdução

O presente artigo propõe relatar a proposta de organização dos acervos documentais da Casa de Cultura Mario Quintana e da Secretaria de Estado da Cultura do RS, projeto que está sendo desenvolvido pelo Núcleo de Acervo e Memória da CCMQ. Para compreender esta ideia, discute-se a relação entre cultura e burocracia, apresenta-se uma breve trajetória da formação desses acervos, em função do percurso histórico da SEDAC, além de discorrer sobre as configurações dos acervos que estão sendo organizados, permitindo-se, com isso, refletir sobre o espaço da gestão da cultura na prática administrativa desse campo de atuação.

Os termos cultura e burocracia, em nosso país, quando não são apreendidos em função da expressão “cultura burocrática”, parecem tornar-se automaticamente antagônicos, pois é latente que o senso comum considera a burocracia um fenômeno negativo, enquanto registra para a cultura uma concepção mais amigável. Falar em burocracia, no Brasil, significa discutir um processo de organização que se notabiliza apenas por criar dificuldades na realização das ações por parte do poder público.<sup>2</sup>

A burocracia, no entanto, é o processo pelo qual se pode garantir a qualidade do trabalho realizado por qualquer administração pública ou privada. Sem ela, não só as ações administrativas seriam efetuadas de modo desorganizado, causando impactos negativos na gestão, como também não haveria condições adequadas de controle dessas ações. No caso do serviço público, o problema ocorre, na verdade, quando o procedimento burocrático se sobrepõe ao interesse social, operando em função de si mesmo. Isso não significa que possa deixar de existir, mas sim que deve ser aprimorada, colocando-se ao serviço da sociedade, o que deve ser feito inclusive para o acesso a esses registros.

Como resultado desse processo burocrático, as atividades relacionadas à política cultural conduzida pelo Estado estão registradas em seus acervos arquivísticos, os quais reúnem os documentos produzidos pelas ações necessárias à gestão pública. Tais documentos, oriundos dos procedimentos executados em função dos atos oficiais dos servidores, no cumprimento de seus deveres, revelam as escolhas feitas pelos diferentes governos, na gestão do Estado. Tais registros, portanto, permitem identificar aspectos importantes da administração pública, como o próprio conceito de cultura que permeou o trabalho das administrações.

Estes registros constituem, assim, uma espécie de banco de informações do processo de gestão das políticas públicas da cultura, ao longo dos anos. Esse conjunto documental, no que se relaciona ao Estado do Rio Grande do Sul, é formado pelos documentos produzidos pela Secretaria de Estado da Cultura, sendo um patrimônio arquivístico de significativa importância para a análise do processo político estabelecido através das ações culturais do governo gaúcho, revelando diretrizes, ambivalências e decisões tomadas ao longo dos anos.

<sup>2</sup> Veja-se, para esta questão, PETERS, Guy. *A Política da Burocracia*. Mexico (DF): Fondo de Cultura Economica, 1999.

Como forma de tornar acessível esse conjunto informacional, vem sendo gestado, neste ano, um projeto de organização desses registros, formado pelos processos administrativos e documentos oficiais gerados ao longo dos 23 anos de existência da Secretaria. São arquivos que relatam projetos culturais implementados pela Secretaria, apresentações realizadas e programas institucionais desenvolvidos no período, com riqueza de detalhes cujos registros, possivelmente, só tenham se mantido neste acervo.

### **Secretaria da Cultura: breve trajetória institucional**

Para compreender esse projeto, cumpre discorrer, ainda que brevemente, sobre a trajetória da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, ressaltando aspectos desse percurso e o que representa essa estruturação. As ações culturais implementadas pelo Estado, no Rio Grande do Sul, começaram a se evidenciar de modo tardio, se comparadas àquelas de outros entes da Federação,<sup>3</sup> sendo que a primeira referência à Cultura na legislação do Estado, como objeto administrativo, aparece no Decreto nº 578, expedido em 22 de julho de 1942, pela chamada “Interventoria Federal”<sup>4</sup>. Neste ato, que deu nova organização às secretarias, a Secretaria de Educação passou a denominar-se Secretaria de Educação e Cultura, tendo por competência a administração das atividades relativas à educação escolar e à educação extra-escolar.

Registre-se que não há, no corpo desse Decreto, citação explícita às atividades culturais, que somente aparecem subentendidas na chamada atividade “extra-escolar”. As instituições responsáveis por essa função eram o Museu e Arquivo Histórico do Estado, a Biblioteca Pública e o Teatro São Pedro. O Museu e Arquivo Histórico destinavam-se a “coleccionar, estudar e expor, sistematicamente, as riquezas naturais, artísticas e históricas do Brasil, e, em particular, as do Rio Grande do Sul”. Mais adiante, nova citação define a incumbência do Setor de Divulgação para ministrar informes e promover publicações de interesse educacional e cultural.

Essa estrutura manteve-se neste formato até 1954, quando a Lei nº 2.345 estabelece as atribuições da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, posteriormente reformuladas e ampliadas pelo texto do Decreto nº 5.065, de 29 de julho de 1954:

- a) promover atividades culturais relativas às Ciências, Letras e Artes compreendidas no âmbito de ação dos órgãos que a constituem; b) organizar e administrar órgãos de atividades, tais como Arquivos Culturais, Bibliotecas Públicas, Centros Culturais, Discotecas Públicas, Institutos de Estudo ou Pesquisa, Museus, Serviços de Difusão ou Intercâmbio, Teatros e Auditórios; c) estimular, patrocinar e orientar a iniciativa privada de índole cultural e de interesse coletivo; d) estimular, patrocinar e orientar a iniciativa das Municipalidades do Estado, quando solicitada, no terreno da cultura; e) orientar e fiscalizar o emprego de subvenções, prêmios e auxílios concedidos pelo Estado a realizações de ordem cultural; f) realizar o tombamento de obras, documentos, monumentos e paisagens de valor histórico ou artístico, existentes no Estado, e promover sua proteção; g) recolher, arquivar e divulgar documentos e informações de caráter cultural; h) promover intercâmbio cultural.

Outros atos, posteriormente, darão novas redações à mesma estrutura, seguindo a Cultura como ele-

<sup>3</sup> Sobre essa questão, consultar CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil. (2009).

<sup>4</sup> Esta legislação, bem como todas as demais citadas ao longo do texto, estão disponíveis para consulta na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

mento relacionado à educação. A Lei nº 3.602, de 1º de dezembro de 1958, descreve como finalidade da Secretaria da Educação e Cultura “promover, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades direta ou indiretamente ligadas aos problemas do ensino, da educação e da cultura”.

No período do Regime Militar ocorrem diversas mudanças, visíveis nas legislações pertinentes. A primeira delas data de 8 de agosto de 1969, através do Decreto nº 19.801, que relaciona as áreas de competência da Secretaria como sendo o “ensino, atividades culturais; desporto e educação física; assistência social ao escolar; patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico”. Vários outros decretos emitidos no período de 1969 a 1975 reorganizam a área da educação e cultura, modificando suas atribuições, buscando incorporar as atividades ligadas aos esportes, e estabelecendo os regimentos dos conselhos das áreas correlatas.

Em 14 de julho de 1969, pelo Decreto nº 19.756, é aprovado o Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura. No dia 14 de maio de 1971, pelo Decreto 21.117, são vinculados à Secretaria de Educação e Cultura o Conselho Regional de Desportos e o Departamento de Esportes. Dois outros decretos (21.120, de 17 de maio de 1971 e 21.843 de 7 de julho de 1972) dispõem sobre a organização da Secretaria da Educação e Cultura. O Decreto nº 28.650, de 15 de março de 1979, incorpora à pasta as áreas de esportes e turismo, desmembrando a cultura da educação: fica então criada a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, com as seguintes competências: “atividades culturais, patrimônio histórico, arqueológico, antropológico, científico, artístico e cultural; tradição e folclore; esporte amador; turismo”.

Essa alteração resiste por apenas alguns anos, pois em 15 de março de 1983, pelo Decreto nº 31.120, é recriada a Secretaria da Educação e Cultura, tendo por competência o “ensino pré-escolar; ensino de primeiro grau; ensino de segundo grau; ensino supletivo; assistência ao educando; assistência ao deficiente físico, mental e sensorial; relacionamento com as Universidades; relacionamento com as entidades estudantis; atividades culturais; patrimônio histórico, arqueológico, antropológico, científico, artístico e cultural; tradição e folclore; esporte amador”.

Mais um período de quatro anos, e nova reforma extingue a função cultura no âmbito de uma secretaria. Em 15 de março de 1987, o Decreto nº 32.516 desvincula a cultura da educação, passando aquela a ser tratada através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, criado pelo Decreto nº 32.515, na mesma data, e vinculado ao Gabinete do Governador. O Decreto de 21 de abril de 1987, de número 32.542, extingue o Conselho Estadual de Cultura, sendo suas atribuições e estrutura assumidas pelo novo órgão, e sua atuação definida “como órgão consultivo, normativo e executivo na área das atividades culturais do Estado, incumbido de coordenar e promover a política do setor e supervisionar os órgãos e entidades estaduais que atuam no campo da cultura”.

Dois anos depois dessa última decisão, a cultura volta a receber status de secretaria, através do Decreto nº 33.314, publicado em 29 de setembro de 1989, que determinava a criação da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, cuja competência, no que diz respeito à sua ação específica, seria cuidar das “atividades culturais; patrimônio histórico, arqueológico, antropológico, científico, artístico e cultural; tradição e folclore”. Basicamente, as mesmas atribuições do decreto elaborado em 1979. Outro decreto (nº 33.315), na mesma data, dispôs sobre sua estrutura.

Essa situação foi revertida de modo contundente no ano seguinte. Em 20 de julho de 1990, é publicada a Lei nº 9.117, que cria a Secretaria da Cultura, atribuindo-lhe as seguintes competências:

garantir o pleno e efetivo exercício dos direitos culturais; assegurar o acesso às fontes da cultura em nível nacional e regional; apoiar e incentivar a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais; incumbir-se da gestão da documentação governamental pertinente à cultura e das providências para franquear-lhe a consulta; assegurar as condições e os meios necessários à proteção do patrimônio cultural, nos termos, nos termos do art. 222 da Constituição do Estado; manter cadastro atualizado do patrimônio histórico e dos acervos culturais público e privado, fornecendo orientação técnica para os cadastros municipais; colaborar com ações culturais dos municípios; promover e incentivar a pesquisa técnico-científico-cultural; promover o desenvolvimento do processo cultural no plano técnico-didático-pedagógico; promover o intercâmbio cultural com áreas afins de outros Estados e de países do Cone Sul, visando a proporcionar um maior relacionamento das áreas de cultura.

Em 1991, no início da gestão Alceu Collares, este decidiu dar nova redação para as atividades da Secretaria, ao definir a estrutura de seu governo. Para isso, reiterou as atribuições contidas no Decreto de criação da Secretaria, mas retirou a determinação de “incumbir-se da gestão da documentação governamental pertinente à cultura e das providências para franquear-lhe a consulta”. Essa alteração ocorreu, provavelmente, para adequar as atividades da gestão documental ao Decreto nº 33.200, que criou e estabeleceu os procedimentos do Sistema de Arquivos do Estado. Por este Decreto, seria o SIARQ/RS, através do Arquivo Público, o órgão gestor dos documentos de todo o Poder Executivo.

Outra alteração legislativa ocorreu somente em 1995, através da Lei nº 10.356, promulgada em 10 de janeiro. Essa legislação acrescenta às funções da Secretaria a tarefa de promover “a cooperação cultural e artística com outros países, especialmente os signatários do Tratado de Assunção (MERCOSUL), e organismos externos”. Três outros decretos (35.919, de 12/04/1995, 36.501, de 11/03/1996 e 37.318, de 24/03/1997) vão proporcionar a estrutura básica da Secretaria.

### **Gestão cultural em perspectiva**

Todo este percurso foi acompanhado pelo registro documental pertinente. No entanto, em que pese a cultura ser um dos pilares essenciais no reconhecimento do homem enquanto ser social, sua dimensão burocrática não recebeu, por parte da academia, tratamento apropriado, no que diz respeito à sua compreensão como fenômeno relevante para a compreensão do mundo. Poucos estudos preocuparam-se em compreendê-la, o que demonstra ser este um campo que possui franco espaço para análise e desenvolvimento de pesquisas.

Nos estudos preliminares para a elaboração do projeto do Sistema de Informações Culturais, foram localizados três estudos relacionados a essa temática. Será apresentado, na sequência, uma breve avaliação desses trabalhos, no sentido de demonstrar aspectos que foram abordados, o que disponibiliza, por antinomia, outras possibilidades de estudo. Destes trabalhos, registre-se que dois deles são oriundos do campo da história, e outro produzido a partir dos aspectos sociológicos do tema.

A dissertação de Glaucia Konrad<sup>5</sup> trata da forma como se manifestou no Estado a política cultural

<sup>5</sup> KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência. PUC/RS, Depto de História, 1994.

do Governo Federal, controlado pelo movimento do Estado Novo, e a reação a essa imposição oficial nos meios culturais do Estado. A autora procurou identificar a relação entre Estado, cultura e política cultural, analisando sua implementação, efetuada pelo Conselho Nacional de Cultura, no início, e logo depois pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Também abordou a relação do Estado Novo com a cultura, vendo esta como um instrumento de consolidação daquele. Para isso, teve que utilizar principalmente fontes secundárias, como notícias de jornais, devido à escassa quantidade de registros oficiais. Com isso, seu foco teve como principal evidência o movimento de reação aos projetos do governo, pois em várias dessas matérias jornalísticas, o teor é de manifestação dos intelectuais – em algumas oportunidades, favoráveis ao Governo, mas predominantemente contra ele.

A abordagem de Thais Fraga<sup>6</sup> caracteriza-se por buscar compreender o momento de institucionalização da cultura, abordando a antevéspera da criação da Secretaria, e os fenômenos que se apresentaram a partir desse episódio. Avaliando o momento da chamada redemocratização, findo o período da Ditadura Militar de 1964, a autora descreve os processos que levaram ao nascimento da Secretaria, considerando para isso, a exemplo do que fez Konrad, também as fontes jornalísticas, mas principalmente registros de entrevistas com os atores dos episódios. Isso porque, segundo ela, “Ao buscar informações documentais e bibliográficas sobre a constituição da Secretaria de Estado da Cultura e do Sistema Estadual de Museus, foi percebida certa lacuna. A documentação **demonstrou-se desorganizada**” (2004, p. 9, grifo nosso).

Com isso, restou-lhe considerar sua fonte relativamente comprometida, pois revelava aspectos que se mostram, naturalmente, relacionados a uma perspectiva específica. Sua principal documentação originou-se do arquivo pessoal de uma das figuras mais atuantes nessa trajetória, a jornalista Teniza Spinelli. Embora sejam de extrema importância, tais registros não se caracterizam por um conjunto arquivístico *latu sensu*, pois referem-se, como foi referido, a referências extraídas de formulações memorialísticas, que impõe tratamento metodológico específico, para sua utilização como fonte histórica.

Por último, o trabalho de João Cunha<sup>7</sup>, cuja abordagem é pautada pelos princípios sociológicos, refere-se principalmente ao funcionamento institucional da Secretaria no período de corte do trabalho, de 1999 a 2002. Também centrada em entrevistas com os atores do processo, considerou aspectos organizacionais e de funcionamento da máquina burocrática, sem analisar, no entanto, sua implementação oficial. Além disso, avaliou os processos elencados tendo como prisma as definições políticas daquele período, que tinha como principal característica tratar-se do primeiro governo estadual do Partido dos Trabalhadores.

Também nesse caso não se identifica o uso da documentação, muito em função da abordagem que se pretendeu fazer, mas provavelmente porque também aí a escassez documental era absoluta, não só por conta da proximidade com os fatos (a dissertação é defendida em 2002, juntamente com o final do governo que era o objeto da análise), mas também e, principalmente, porque a proverbial falta de sistematização documental impediria qualquer aproximação, eliminando assim o potencial informacional desses registros.

<sup>6</sup> FRAGA, Thais Gomes. Os subterrâneos emergem: a institucionalização da cultura e a temporada dos museus no Rio Grande do Sul (1987-1990). UFRGS, Depto. de História, 2004.

<sup>7</sup> CUNHA, João Paulo Costa da. A Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC) e a política cultural do Governo da Frente Popular (1999-2002). PUC/RS, Depto de Ciências Sociais, 2002.

## Os acervos da SEDAC e a organização arquivística

Assim, há uma importante questão a ser acompanhada no percurso da Secretaria Estadual da Cultura. Diz respeito, justamente, à sua trajetória administrativa, evidenciada através de um dos elementos específicos desse percurso, constituída por sua documentação. É visível que houve uma falta de controle, ao longo dos anos, com os documentos que registram a história da cultura como ação do Estado, o que compromete a análise crítica desse percurso, incapacitando qualquer avaliação sobre o trabalho realizado ao longo desses anos.

Esses arquivos, que agora estão sendo organizados, devem possibilitar compreendermos vários aspectos, como por exemplo:

- As fases da cultura em sua configuração burocrática: ora como departamento, ora com status de secretaria, outras vezes junto com outras instâncias;
- A estrutura constituída ao longo de sua existência,
- As ações realizadas para efetivar as políticas públicas de cultura
- As manifestações dos vários atores na tentativa de compreender, no âmbito administrativo, um fenômeno de tão difícil definição como a cultura.

Para tornar essa análise possível, no entanto, é imprescindível que seus registros encontrem-se efetivamente organizados. Há um conjunto de, aproximadamente, 500 caixas-arquivo, contendo documentos organizados sob a forma de dossiê, que armazenam todos os processos administrativos registrados no Sistema de Protocolo Integrado (SPI), responsável pelo controle dos dossiês de processos do Governo do Estado. Há, também, mais documentos esparsos, contidos em outras 100 caixas-arquivo. Por último, há um conjunto de documentos que se mantém nas unidades administrativas, sejam aquelas diretamente vinculadas à Secretaria, como os departamentos financeiro, administrativo e de recursos humanos sejam as pertencentes às diversas instituições, como o Arquivo Histórico, o Museu Julio de Castilhos, a Casa de Cultura Mário Quintana etc.

Na medida em que se tornou perceptível a importância desse acervo, foi apresentado um projeto que se propõe a organizar essa documentação, sob a perspectiva arquivística, elaborando os instrumentos necessários para seu pleno e adequado gerenciamento. Para isso, devem ser estabelecidos os instrumentos clássicos de gestão documental, como o plano de classificação, a tabela de temporalidade e um quadro de arranjo. Também devem ser efetivados os procedimentos de avaliação, seleção e descarte, eliminando-se aqueles documentos considerados sem valor probatório – ou que já tenham alcançado seu prazo prescricional – definido pela Tabela de Temporalidade instituída pelo Sistema Estadual de Arquivos, o SIARQ/RS.

Outra proposição do trabalho diz respeito à elaboração de procedimentos documentais que permitam a manutenção desse conjunto ao longo dos anos. Com efeito, a partir da conclusão dessa atividade, a documentação referente à administração da Secretaria de Estado da Cultura e às suas instituições deverá obedecer aos parâmetros definidos nesses instrumentos, sedimentando uma política adequada de gestão documental. Com isso, será possível migrar, num futuro próximo, para uma solução virtual efetivamente segura, sem perda de informações relevantes para a administração institucional.

O projeto se propõe, ainda, elaborar ferramentas informacionais diferenciadas, que permitam a efetiva avaliação do trabalho desenvolvido pelas equipes da SEDAC, ao longo dos anos de existência da Secretaria. É importante ressaltar que há certa confusão, no meio administrativo, com relação ao termo “informação”. Com efeito, percebe-se com certa frequência seu uso para designar serviços que pretendem, apenas, controlar o andamento procedimental dos documentos, sem agregar qualquer conhecimento informacional relevante. Ocorre apenas a virtualização do que já existe em meio papel, e que na administração pública do Rio Grande do Sul é chamado de “SPI”, como vimos acima.

Esse programa, longe de se tratar de um sistema de informação, permite apenas que o usuário saiba qual o andamento de uma solicitação. Possibilita, ainda, uma pesquisa simples de conteúdo, apresentando, sem muita qualidade, os dados que possuem relacionamento com o termo solicitado. Tal tipo de mecanismo não pode ser considerado um efetivo sistema de informação, pois exige do usuário toda a reorganização desses dados, para só assim compreender os elementos que ali estão relacionados.

Um sistema de informação, em nossa perspectiva, pressupõe a apresentação dos dados através de outras ferramentas, tais como mapas de cognição, gráficos de valores, tabelas percentuais. Essas informações somente podem ser produzidas através da correta organização dos dados contidos nos registros documentais, sejam eles virtuais ou ainda em suporte papel. Eles prescindem, inclusive, de um sistema informatizado para que sejam elaborados, mas, por óbvio, a existência desse sistema lhe garante maior robustez, permitindo grande eficácia em toda a cadeia produtiva dessas informações.

A pertinência de tal sistema é evidente. Não há, na moderna administração, qualquer instituição que possa prescindir de dados atualizados para compreender seu próprio funcionamento. A redução de custos, a otimização dos aportes financeiros e a necessidade de qualificação das atividades desenvolvidas só podem ser obtidas caso se conheça, de modo rápido e eficiente, o conjunto de procedimentos adotados para a execução de suas atividades. Essa condição também é necessária no campo da atividade cultural. Diante disso, nada há de mais importante do que um sistema que permita o perfeito acompanhamento das atividades administrativas, viabilizando-se o uso adequado e racional dos insumos destinados a essa tarefa.

### **O Núcleo de Acervo e Memória da Casa de Cultura Mario Quintana**

Na definição da estratégia a ser adotada para enfrentar essa questão, estabeleceu-se o espaço físico da Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ) com lócus operacional adequado a essa tarefa. Isso porque há uma robusta identidade da CCMQ com as políticas culturais adotadas pelas diferentes administrações, na medida em que a Casa tem se voltado, ao longo dos anos, para a realização das mais diversas atividades culturais e artísticas, promovendo ações nesse sentido desde sua abertura ao público, em 1990. Ao longo desse período, a Casa sediou uma quantidade inumerável de atividades relacionadas a praticamente todas as manifestações artísticas. Foram encenadas centenas de peças teatrais, incontáveis exposições de artes visuais, e uma importante seleção de músicos teve espaço para divulgar seu trabalho, nos vários locais que a Casa disponibiliza.

Desse modo, houve uma perfeita sintonia entre as propostas efetuadas pela Secretaria de Cultura e as realizações da Casa de Cultura na efetivação dessas propostas. Tal dinâmica desenvolveu uma simbiose entre as duas instituições, definindo o papel da Casa de Cultura como um espaço onde a proposta cultural

de um governo se torna realidade efetiva.

Todas essas atividades, no entanto, não tiveram, até o momento, o devido registro e a consequente divulgação. Percebendo esse *gap* institucional, a atual administração da Casa compreendeu a importância de lidar com sua própria história, desenvolvendo a proposta de implementar um espaço específico para o tratamento da memória institucional, através de um espaço específico para organizar sua documentação e divulgar sua trajetória.

Para essa tarefa, entendeu-se que seria necessário ampliar as ações desenvolvidas até então pelo Núcleo de Memória da Casa, que vinha sendo respondendo pelo gerenciamento do acervo pertencente ao pequeno Memorial exposto no hall de entrada do 2º andar da Ala Leste. Essa unidade, caracterizada pela sedimentação da memória em seus acervos, não tinha como objetivo explorar o potencial do acervo documental como fonte de informação e conhecimento, o que se está buscando agora.

Atualmente, estão recolhidos ao acervo da Casa de Cultura documentos oriundos das atividades administrativas realizadas pelas sucessivas gestões da Casa, como ofícios, memorandos e relatórios. Também estão neste local os registros das atividades realizadas na Casa, bem como projetos enviados para execução posterior. Há, ainda, uma quantidade significativa de documentos em outros suportes, como fitas de vídeo, de som e diversas fotografias. Além disso, também consta um conjunto significativo de plantas arquitetônicas, com as referências à construção do espaço cultural.

Toda essa documentação carece urgentemente de tratamento, pois representa a história da Casa de Cultura. Através desses registros, é possível conhecer o percurso histórico desenvolvido pela Casa, com suas dificuldades e superações, até o momento em que nos encontramos. Essas informações contêm o substrato para conhecer a Casa de Cultura desde as primeiras manifestações em sua defesa, até as propostas em realização no presente. Essa trajetória de acontecimentos passados e coetâneos chegará ao conhecimento do público apenas se o acervo receber tratamento arquivístico adequado. É nesse sentido que se faz necessário reativar e qualificar a unidade de Núcleo de Memória da Casa de Cultura Mário Quintana, que terá como objetivos gerais:

- A organização do acervo documental resultante das atividades administrativas e culturais realizadas pela Casa, tanto por sua administração direta, como também a partir das ações realizadas pelos demais núcleos que compõem o organograma funcional da instituição.
- A realização de pesquisas e divulgação das informações registradas, permitindo uma ampliação do conhecimento sobre as ações culturais executadas pela Casa de Cultura.

Essas ações serão efetuadas mediante a realização de um extenso programa de gestão documental, que pretende implementar procedimentos relacionados à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos produzidos na instituição. Além disso, deverá ser elaborado Quadro de Arranjo para organizar a documentação recolhida ao acervo, permitindo sua consulta por parte dos pesquisadores interessados. Também faz parte do projeto possibilitar acesso remoto à parte digitalizada da documentação por meio de programa específico de pesquisa via web, o ICA-AtoM.

## A CCMQ e a memória da Secretaria

Em função do trabalho conjunto com estes dois acervos, entendeu-se como pertinente estabelecer na Casa de Cultura um centro de organização da memória documental da Secretaria de Estado da Cultura. A dimensão institucional que a CCMQ possui frente aos demais equipamentos culturais do Estado permite compreendê-la como o nó de uma rede de ações culturais, as quais envolvem a história, a memória e todas as manifestações do campo das artes, cujo registro encontra-se, em grande parte, na documentação recolhida ao Núcleo de Memória que está sendo constituído.

Além dessa referência específica, está sendo configurado um espaço destinado à pesquisa na área da cultura, de modo geral, e de todas as manifestações artísticas em particular. A ideia é que se possa contar, além dos acervos da Secretaria e da própria CCMQ, dos documentos de outras entidades, como os institutos sediados na Casa. Também se pretende incrementar o acervo bibliográfico da Erico Veríssimo – biblioteca específica da CCMQ – para que esta disponibilize literatura técnica sobre cinema, teatro, artes visuais, e assim potencialize o espaço de pesquisa a todos os interessados.

## Considerações finais

Fazer cultura também produz memória. Com essa ideia, e através do projeto acima apresentado, pretende-se disponibilizar todos os documentos pertinentes à gestão da cultura pelo serviço público estadual gaúcho, constituindo-se um corpo informacional relevante sobre o tema. A partir dos registros da burocracia do Estado, compreendida como um sistema positivo de gestão da coisa pública, espera-se proporcionar um conhecimento ao mesmo tempo abrangente em sua perspectiva e profundo na sua capacidade de análise, já que se estará tratando dos meandros da gestão cultural gaúcha.

Esta proposta de trabalho, portanto, se propõe a consolidar, no campo da cultura, uma referência em possibilidades de compreensão da ação cultural realizada em nosso Estado. A expectativa é poder contar, dentro de pouco tempo, com um local apropriado para que as diversas manifestações culturais que se desenvolvem no Rio Grande do Sul sejam registradas, estudadas e divulgadas aos interessados, tanto pesquisadores como público em geral. Com isso, a Casa de Cultura Mario Quintana será referência não só no campo em que já possui ampla conceituação, mas também como espaço de memória da cultura rio-grandense e brasileira.

## REFERÊNCIAS

**BRANT**, Leonardo. Mercado cultural: investimento social, formação e venda de projetos, gestão e patrocínio, política cultural. São Paulo: Escrituras, 2001.

**CALABRE**, Lia. Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

**CUNHA**, João Paulo Costa da. A Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC) e a política cultural do Governo da Frente Popular (1999-2002). PUC/RS, Depto de Ciências Sociais, 2002.

**FARIA FILHO**, Luciano Mendes de. Arquivos, fontes e novas tecnologias. Campinas: Autores Associados, 2000.

**FRAGA**, Thais Gomes. Os subterrâneos emergem: a institucionalização da cultura e a temporada dos museus no Rio Grande do Sul (1987-1990). UFRGS, Depto. de História, 2004.

**KONRAD**, Glaucia Vieira Ramos. A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência. PUC/RS, Depto de História, 1994

**PETERS**, Guy. A Política da Burocracia. Mexico (DF): Fondo de Cultura Economica, 1999.

**MICELI**, Sergio. Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

